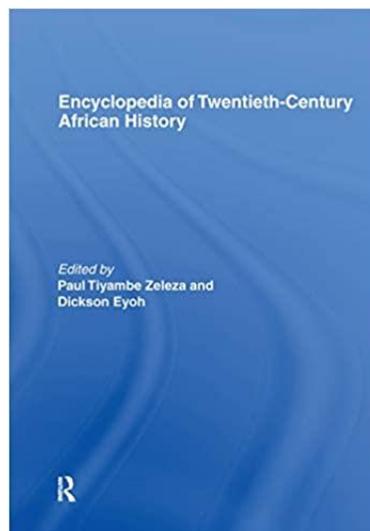


ZELEZA, Paul Tiyambe; EYOH, Dickson.
Encyclopedia of Twentieth-Century African
History. In: Development of African
Historiography. Routledge, p. 143 – 149, 2015.
<https://doi.org/10.4324/9780203986578>



Yuri Manuel F. Agostinho

**DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA
AFRICANA**

Yuri Manuel Francisco Agostinho ¹

Instruído no Malawi, Grã-Bretanha e Canadá, Paul Tiyambi Zeleza é um notável historiador, escritor e estudioso. Tem lecionado em universidades no Malawi, Quênia, Jamaica, Canadá e Estados Unidos. É autor de mais de uma dúzia de livros, dois dos quais conquistaram o Prêmio Noma de 1994 e a Comenda Especial deste, em 1998.

O Prêmio Noma é o maior e mais prestigiado mérito para os livros no continente africano. Dickson Eyoh é um Cientista Político nascido nos Camarões, atualmente ensinando na University of Toronto, Canadá. Instruído nos Camarões, Estados

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

¹ Mestre em Ensino de História da África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda - (2016). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil. yanessanguifada@gmail.com

Unidos e Canadá, também lecionou na Universidade de York no Canadá e na Universidade de Jos na Nigéria. Zeleza e Eyoh, ao discorrerem sobre o desenvolvimento da historiografia africana, começam por apresentar as origens da escrita da história do continente africano, no qual o foco de estudo dos historiadores foi o Mediterrâneo e o mundo islâmico desde os primórdios das civilizações, uma vez que a região era compartilhada por ambos.

Os historiadores acadêmicos situados no norte de África, além de se interessarem por suas próprias histórias, também escreveram sobre a África ocidental, oriental e a Europa. O primeiro grande desafio foi a história providencial que surgiu no século XIV, pelas mãos de Ibn Khaldun. Segundo Zeleza e Eyoh, Khaldun postulou uma teoria pautada na periodização da história, porém, seu trabalho antecipava uma metodologia histórica moderna, bem como esclarecimentos sobre a história do Magreb, influenciando boa parte das histórias produzidas no século XX neste espaço geográfico do continente.

Contudo, uma série de estudiosos do norte africano escreveram sobre a história e a sociedade do oeste africano. Por outro lado, os estudiosos do oeste africano também produziram suas próprias histórias escritas. Na África oriental, destacam-se as histórias da cronologia Kilwa e a escrita do século XIX em línguas endógenas, como o Hausa e Swahili. Estas línguas se propagaram e as histórias locais foram produzidas. Como exemplo, Zeleza e Eyoh mencionam a Etiópia, um país que possui uma das mais antigas tradições literárias do mundo, e as obras históricas que começaram a ser produzidas por volta do século XIV.

Zeleza e Eyoh também mencionam que a história do continente africano, como processo e disciplina, seria transformada a partir do século XV através da expansão europeia. Esteve nas mãos de muitos escritores europeus que visitavam as regiões costeiras da África, com especial preferência para a África ocidental, que era o eixo do comércio de escravos no Atlântico. Contudo, essas obras não foram escritas com o intuito de serem fontes históricas, uma vez que esses autores estavam interessados em descrever as condições de sua época. Zeleza e Eyoh afirmam que essas obras históricas foram produzidas conscientemente, e muitas assumiram tendências eurocêntricas, com especial foco no comércio de escravos no Atlântico. Esse eurocentrismo foi dinamizado pela filosofia da história de Friedrich Hegel. Este afirmou, categoricamente, que a África não é um continente histórico, ou melhor, não tem história; não mostra mudança e nem desenvolvimento, e que a parte do norte de África que interessava ao mundo não poderia ser considerada parte do continente africano.

Desta forma, nasceu a historiografia imperialista, que iria dar formato e impor características e marcas profundas sobre a historiografia do continente africano no século XIX e parte do XX. Diante deste paradigma, conforme o autor, houve historiografias compensatórias, a exemplo da modernista e a tradicional, que se preocuparam com o Ocidente. Por outro lado, a

historiografia modernista preocupou-se com os intelectuais do norte africano, tanto para os formados na tradição ocidental. Para Zeleza e Eyoh, ambas historiografias procuram explicar as raízes do declínio relativo de suas próprias sociedades. Neste sentido, a partir do início do século XX, a maioria das grandes tradições historiográficas já havia sido estabelecida, nomeadamente a imperialista, nacionalista, tradicional e a dos historiadores islâmicos.

No decorrer do século XX, novas escolas e perspectivas históricas surgiram, principalmente as historiografias marxistas e feministas. Contudo, a África entrou no século XX sob o olhar colonial, uma vez que a historiografia imperialista dominou até a Segunda Guerra Mundial, quando as forças do nacionalismo e da descolonização ganharam força. A historiografia imperialista, ignorando o norte de África como parte da história deste continente, encontrou uma casa auspiciosa na parte sul, especialmente no país sede do regime do Apartheid. O efeito disto foi a divisão entre os ingleses e os africânderes em meio à minoria branca no poder, com expressão na divisão historiográfica entre historiadores ingleses liberais e historiadores africânderes nacionalistas. Esta tendência historiográfica teve início por volta dos anos de 1920, e segundo Zeleza e Eyoh, a historiografia liberal tornou-se dominante nas universidades de língua inglesa na África do Sul, uma vez que o país era visto como dotado de parâmetros multirraciais e culturais. Logo, a sua história foi interpretada com uma série de interações raciais e culturais entre três elementos, nomeadamente: africânderes, africanos e britânicos, no âmbito de uma economia em transformação e modernização.

Zeleza e Eyoh apontam que nesta historiografia, os africânderes se tornaram os vilões eternos por trás do desenvolvimento do apartheid, enquanto os ingleses foram referenciados como iluminados, tirando o papel da capital britânica na construção do capitalismo racial na África do Sul. No que toca aos africanos, foi-lhes atribuído adjetivos que os cunharam como inocentes, e que as lutas empreendidas entre estes e os colonialistas não tiveram destaque nesta historiografia.

Zeleza e Eyoh avançam ao afirmar que a produção do conhecimento histórico não estava restrita ao poder imperial, e, como consequência, o colonialismo e seus projetos eram frequentemente discutidos. Em resumo, a produção do conhecimento histórico sempre esteve na margem, abordando os problemas do próprio sistema imperial, como economia, política e cultura. Nesse sentido, novos debates e perspectivas historiográficas anti-imperialistas foram abertos, juntamente com "histórias tradicionais" de historiadores ocidentais e islâmicos. Zeleza e Eyoh explicam que os Griots não desapareceram, assim como as escolas islâmicas. Muitas crianças que frequentaram as escolas coloniais, mais tarde se tornaram historiadores anti-coloniais.

Após a Segunda Guerra Mundial, a crítica ao sistema imperial se materializou na historiografia nacionalista, cujo desenvolvimento foi um subproduto significativo do movimento de libertação nacional. Para Zeleza e Eyoh, a historiografia nacionalista marcou um ponto de viragem ao contribuir para o avanço ideológico e metodológico sobre a historiografia imperialista. A autonomia proporcionou um ambiente propício para o desenvolvimento da historiografia nacionalista, pois as universidades locais começaram a formar profissionais em história, e os governos, assim como fundações privadas e outras agências, passaram a fornecer financiamento para pesquisa. Esse apoio visava impulsionar e explorar a elite intelectual africana. Como resultado, as instituições acadêmicas começaram a criar revistas científicas e a publicar os resultados das pesquisas realizadas. Esse movimento foi fundamental para fortalecer e consolidar a produção de conhecimento histórico dentro do continente africano, permitindo que as vozes locais fossem ouvidas e que as narrativas históricas africanas fossem desenvolvidas a partir de uma perspectiva interna e autônoma.

Zeleza e Eyoh explicam que foi dessa maneira que surgiram escolas renomadas, como a escola de Dar Es Salaam, que promoveu e popularizou abordagens sobre a dependência, e a de Ibadan, que denunciou as deficiências dos missionários e dos governos coloniais. Segundo os autores, os historiadores passaram a explorar uma variedade de temas, como o comércio de longa distância, migrações, disseminação de religiões, críticas às políticas coloniais, ascensão e queda de estados e impérios da África antiga, bem como o crescimento do nacionalismo. Por meio desse processo, contribuíram para a transformação da identidade de estados frágeis em uma identidade histórica, promovendo a continuidade da história nacional e sua inserção na memória coletiva. Assim, a historiografia nacionalista fornecia uma ideologia de legitimação para os nacionalistas africanos e para os novos estados, que se identificavam com essa abordagem histórica. Essa perspectiva nacionalista foi influenciada pela escrita histórica europeia e norte-americana, que incorporou a história do continente africano aos currículos universitários, além de ter impulsionado a proliferação de centros de Estudos Africanos especializados.

A metodologia da historiografia nacionalista, de acordo com Zeleza, abriu caminho para novos paradigmas, permitindo a adoção de novos métodos de coleta de dados. As tradições orais, a linguística histórica e a antropologia histórica foram incorporadas às fontes escritas e arqueológicas como áreas válidas para a pesquisa histórica.

Contudo, a partir de 1970, conforme confirmado por Zeleza e Eyoh, a escola nacionalista começou a enfrentar desafios, com críticos argumentando que essa corrente estava centrada nas vozes das classes dominantes, em vez de considerar os pontos de vista das massas. Também foram acusados de glorificar heróis culturais e validar os mitos da ausência de classes nas sociedades africanas, questões que eram propagadas pelas elites para mascarar e legitimar seus

interesses privilegiados. Nesse contexto, a escola nacionalista foi criticada por estar mais preocupada em destacar as realizações da África, especialmente políticas organizadas, monarquias e cidades.

As críticas à historiografia nacionalista coincidiram com um crescente desencanto em relação aos resultados limitados das independências, especialmente em termos de desenvolvimento, democracia e autodeterminação, bem como com a redução da dependência externa. Foi nesse contexto que o marxismo ganhou cada vez mais popularidade e influência como um paradigma válido para as Ciências Sociais. Segundo Zeleza e Eyoh, a historiografia marxista se manifestou em várias formações teóricas e nacionais. Embora houvesse uma variedade de marxismos e marxistas, os estudiosos tentaram adaptar suas concepções da produção na África à pressupostos lineares. Quando essas tentativas falharam, eles desenvolveram seus próprios modelos de produção, muitas vezes ligando a África à Europa através de articulações dos modos de produção. Muitos desses trabalhos foram enriquecedores e esclarecedores, abordando questões como trabalho e trabalhadores, agricultura e camponeses, bem como as estruturas de incorporação da África na economia mundial, como as teorias Changing.

No entanto, o ápice da revolução historiográfica africana, de acordo com Zeleza e Eyoh, foi a publicação de dois compêndios rivais, cada um composto por oito volumes: "A História Geral da África", da UNESCO, e "História da África", de Cambridge. Como citado por Zeleza e Eyoh, Vansina (1993, p. 350) descreve o compêndio da História Geral da África como "o mais impressionante empreendimento único do século XX" no campo da pesquisa histórica. Isso se deve não apenas ao seu tamanho e complexidade, mas também à diversidade dos autores envolvidos, representando diferentes nacionalidades e escolas de pensamento acadêmico.

Quanto à "História da África" de Cambridge, foi lançada pouco depois da "História Geral da África" da UNESCO e concluída em 1993. Há especulações de que a "História da África" de Cambridge buscou antecipar-se à obra da UNESCO. No entanto, ao contrário da "História Geral da África" da UNESCO, que contou com a participação de historiadores africanos em sua edição, a "História da África" de Cambridge foi dominada por historiadores britânicos.

Por fim, Zeleza e Eyoh destacam as conquistas significativas dos dois compêndios, mas apontam lacunas profundas em ambos, como a escassa cobertura dada à história das mulheres. Somente a partir de 1980 houve uma explosão de histórias com perspectiva feminista. Outro aspecto observado por Zeleza e Eyoh diz respeito às questões que marcaram as décadas de 1980 e 1990, período caracterizado pelo surgimento de novas abordagens e temas, como a história ambiental e outros mais controversos, como o pós-estruturalismo, pós-modernismo e pós-colonialismo. Essas abordagens compartilham uma desconfiança das metanarrativas de nação,

classe, gênero e dicotomias modernistas. Os pesquisadores que trabalharam com esses temas deram ênfase às questões de hibridismo, contingência, descentralização, ambivalência e à centralidade do discurso na experiência histórica.

O percurso traçado por Zeleza e Eyoh demonstra que o desenvolvimento da historiografia africana não se concentrou apenas em um assunto específico. Os contextos políticos de cada período influenciaram de alguma forma como os diferentes momentos foram interpretados por aqueles que se empenharam em registrar eventos que hoje consideramos documentos, permitindo-nos vislumbrar o passado do continente africano.

As interpretações sobre o continente e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma historiografia, surgem de reações e experiências que carregam significados e resultados do que foi possível compreender sobre os processos históricos. Ler sobre o desenvolvimento da historiografia africana em Zeleza e Eyoh é fundamental para quem deseja conhecer o processo de escrita da história sobre o continente africano. Além disso, o desenvolvimento da historiografia africana é um tema essencial para aqueles que estão iniciando seus estudos sobre o continente africano como um espaço moldado e configurado ao longo de séculos de interações, tanto de continuidade quanto de descontinuidade.

Recebido em: 22/03/2023

Aprovado em: 28/09/2023